

O CONTEXTO DE INFLUÊNCIA DA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA CURRICULAR PAULISTA PARA O ENSINO MÉDIO

Daiani Vieira Ortega

UNESP – Presidente Prudente

daivgeografa@gmail.com

Silvio Cesar Nunes Militão

UNESP – Presidente Prudente

scnmilitao@gmail.com

Resumo

Este trabalho integra a pesquisa de doutorado, ora em andamento, cujo objetivo é compreender a atuação da política curricular do novo ensino médio no estado de São Paulo e suas implicações no trabalho docente. A investigação tem como referencial teórico – metodológico a “Abordagem do Ciclo de Políticas” de Stephen Ball (BALL, BOWE, 1992). Considerando os contextos propostos por Ball para a análise de políticas: contexto de influência, contexto de produção de texto, contexto da prática, contexto de efeitos e resultados e contexto da estratégia política, o presente trabalho apresenta resultados parciais referentes ao contexto de influência da política em tela, com destaque para a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Palavras-chave: Currículo paulista. Ensino médio. Estado de São Paulo. BNCC. Abordagem Ciclo de Políticas.

Introdução

Este trabalho integra a pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Presidente Prudente, cujo objetivo é compreender a atuação da política curricular paulista do ensino médio e suas implicações no trabalho docente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo percurso metodológico envolve pesquisa bibliográfica, análise documental, observação, entrevistas semiestruturadas, análise de conteúdo.

Discutimos a historicidade da política nas escalas internacional/global, nacional e local. Retomamos a crise do sistema de bem-estar social (*Welfare State*) e as conseqüentes transformações do capitalismo mundial com a ascensão do neoliberalismo.

Abordamos a influência do neoliberalismo na educação no Brasil a partir dos anos de 1990, destacando, nesse recorte, a BNCC.

Metodologia

Fundamentamo-nos no referencial teórico metodológico da abordagem do ciclo de políticas, proposto por Stephen Ball e seus colaboradores. Este recorte, ora apresentado, limita-se à fase de pesquisa, leitura e construção do referencial bibliográfico acerca do contexto de influência da política.

Resultados Parciais e Discussões

A análise do contexto de influência da política curricular do ensino médio paulista exige a investigação das transformações do sistema capitalista, a ascensão do neoliberalismo, suas implicações na educação e o processo de construção da BNCC em nosso país.

Diante do cenário de crise estrutural do capitalismo e transformações no mundo do trabalho da década de 1970, as ideias neoliberais encontraram um terreno propício para sua disseminação pelo mundo. A lógica do capital foi sendo difundida no mundo do trabalho, na educação, na indústria cultural e outras instâncias da vida social promovendo um verdadeiro convencimento de cunho ideológico (SHIROMA, 2000).

A Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien – Tailândia (1990) foi um marco da ascensão do pensamento neoliberal na educação (SHIROMA, 2000). Nela foram expostos os pressupostos da “Pedagogia das Competências”, concepção defensora de um ensino que desenvolva nos cidadãos competências e habilidades exigidas pelo sistema capitalista, garantindo a adaptação do homem ao meio e limitando a possibilidade de construção de caminhos para a superação do modelo atual (RAMOS, 2002).

No Brasil, as décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por reformas educacionais em todas as escalas. O Estado foi redefinido nos moldes neoliberais durante os governos Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) (ZOIA, ZANARDI, 2016, p.113).

Várias políticas educacionais implementadas na esfera nacional a partir da década de 1990 impactaram as políticas dos anos subsequentes em todos os âmbitos. A LDB/1996, por exemplo, representou a introdução dos fundamentos da Pedagogia das Competências e mais tarde, a BNCC seguiu esses mesmos princípios. Proposta no contexto de contrarreformas da educação básica e desmonte das conquistas democráticas, a BNCC tornou-se epicentro das políticas educacionais no Brasil e, atualmente, direciona as políticas curriculares, a formação dos profissionais da educação e os processos avaliativos (AGUIAR, 2018).

As discussões para a construção de uma base iniciou-se durante a gestão de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e o ponta pé para a elaboração do texto da base ocorreu durante o governo Dilma com ampla participação de representantes dos sistemas estaduais de educação de todo o país, representantes das universidades públicas e outras instituições educacionais e de pesquisa.

No entanto, apenas em 2015 teve início o processo efetivo de construção da BNCC, marcado pelo embate entre os reformadores liberais, constituído por empresas e institutos privados, os reacionários, defensores do projeto escola sem partido, e os defensores da escola pública estatal (AGUIAR, 2018).

Cabe ressaltar a atuação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que segundo Cury, Reis e Zanardi (2019) se constituiu um verdadeiro "ministro da educação mundial", desenhando cenários e influenciando a adoção de políticas educacionais pautadas em uma perspectiva exclusivamente meritocrática de educação.

Na escala nacional os reformadores empresariais da educação operaram a partir de alianças entre grandes empresários, políticos, fundações, institutos, a mídia, entre outros, difundindo e legitimando sua visão de mundo, valores, concepção de sociedade e de educação. Esse movimento ganhou força após o impeachment da presidenta Dilma em 2016, momento em que "as políticas públicas educacionais abandonaram suas contradições explícitas e se apresentam pautadas, de forma cristalina, no tecnicismo e gerencialismo de caráter meritocrático e excludente" (CURY, REIS, ZANARDI, 2019, p. 81).

As transformações ocorridas no aparelho do Estado naquele momento impactaram o processo de construção da BNCC. A terceira versão apresentada da BNCC, fundamentada na "Pedagogia das Competências", explicitou a centralização no controle externo do fazer docente por meio das avaliações externas, a responsabilização local

pelos resultados e o comprometimento da construção coletiva dos projetos pedagógicos locais (AGUIAR, 2018).

Em relação ao ensino médio, diante das altas taxas de evasão escolar e de indicadores insatisfatórios nas avaliações externas, buscou-se criar um consenso apresentando-o como o grande gargalo da política educacional no Brasil. A solução proposta seria a flexibilização do currículo, com uma parte destinada à formação geral básica e uma parte para o aprofundamento dos saberes (LOPES, 2019). Nesse contexto, foi imposta a medida provisória nº 746/2016 e mais tarde a lei 13.415/2017.

No dia 20 de dezembro de 2017 o ministro da educação Mendonça Filho homologou a BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e no dia 14 de dezembro de 2018, o ministro da educação Rossieli Soares homologou a BNCC do Ensino Médio.

Considerações Finais

Dada a complexidade da análise da política curricular paulista para o ensino médio, faz-se necessário considerar a multiplicidade de fatores envolvidos nas transformações do capitalismo mundial, do mundo do trabalho, na ascensão do neoliberalismo e suas nuances na agenda global para a educação. É imprescindível analisar as arenas de produção de texto da BNCC e da reforma do ensino médio, no âmbito federal e estadual.

As análises realizadas até aqui corroboram com a visão que a BNCC é epicentro e induz toda a política educacional brasileira. É necessário aprofundar os estudos para a identificação dos interesses, ideologias, conceitos, vozes presentes e ausentes na construção da base para posteriormente estabelecermos seus nexos com a reforma do ensino médio e com o currículo paulista dessa etapa de ensino.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, M. A. S. Vinte anos da LDB: da Base Nacional Comum à Base Nacional Comum Curricular. In: BRZEZINSKI (Org.) **LDB 1996 vinte anos depois**: projetos educacionais em disputa. São Paulo: Cortez, 2018

BALL, S. BOWE, R. Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues, **Journal of Curriculum Studies**, p. 97-115, 1992.

CURY, C.R.; REIS, M.; ZANARDI, T.A.C. **Base Nacional Comum Curricular**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.

LOPES, B. BNCC e o avanço neoliberal nos discursos sobre educação. In: CATELLI, R. CÁSSIO, F. **Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo: Ação educativa, 2019.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002

SHIROMA, E.O. MORAES, M.C.M. EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: De Paulo Editora, 2000

ZOIA, G.F.; ZANARDINI, I.M.S. As implicações da reforma do estado brasileiro para a reforma da educação e da gestão educacional. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 19, n.3, p. 107-116, set/dez 2016.